



CPLP

IX REUNIÃO DOS MINISTROS DO TRABALHO E DOS ASSUNTOS SOCIAIS DA CPLP
18, 19 e 20 de Março de 2009 Óbidos – Portugal

ANEXO 2



CPLP

IX REUNIÃO DOS MINISTROS DO TRABALHO E DOS ASSUNTOS SOCIAIS DA CPLP
18, 19 e 20 de Março de 2009 *Óbidos – Portugal*

SÍNTESE DAS RESPOSTAS

Das Deliberações dos Senhores Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP constantes na Declaração de Dili (11 e 12.Fevereiro.2008)

Deliberações	Ações realizadas pelos Governos
3. Dar continuidade ao desenvolvimento de Sistemas de Protecção Social nos Estados onde ainda não estejam implementados e manter um intercâmbio regular de troca de experiências e de informações neste domínio, entre os Estados-membros da CPLP, bem como reuniões e seminários a nível bilateral ou multilateral;	<p>Angola (Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social): - Consolidação do plano de Modernização e Desenvolvimento Institucional do INSS;</p> <ul style="list-style-type: none">- Alargamento do âmbito de aplicação pessoal da protecção social com a integração dos trabalhadores em regime de trabalho por conta própria e regime de clero e entidade religiosas;- Revisão da legislação da protecção social obrigatória: a) Protecção na velhice, b) Reforma antecipada, c) Abono de velhice, d) Regime de vinculação e arrecadação de contribuições;- Acordo de cooperação entre INSS – Angola e INSS – Moçambique para troca de experiência;- Convénio entre Angola e Cabo – Verde no domínio da Segurança Social; <p>Angola (Ministério da Assistência e Reinserção Social): – No âmbito da regulamentação do 1º patamar (Lei de Bases da Protecção Social) foram elaborados regulamentos de protecção e assistência a crianças e idosos em equipamentos sociais;</p> <p>Foi estabelecido um programa e a regulamentação da prestação de apoio social em alimentos (cesta básica) aos grupos vulneráveis;</p> <p>Foram estabelecidos diversos programas de prestações sociais previstos na Lei de Bases da Protecção Social, que integram a componente do micro-crédito;</p> <p>Implementação de um programa de terapia ocupacional para idosos;</p> <p>Foi instituído um Conselho Nacional da Criança como órgão de concertação e participação social;</p> <p>Foi implementado um programa de reabilitação com base na comunidade direccionado para a promoção de geração de trabalho e rendimentos (Cooperativas mototaxi, pesca artesanal e quiosque de engraxadores) para as pessoas portadoras de deficiência;</p> <p>Foi ainda elaborada a Lei de Bases de portadores de deficiência e de subsídio a atribuir aos mesmos estando ambas a aguardar a aprovação pela Assembleia Nacional.</p> <p>Brasil (Ministério da Previdência Social): Foram realizadas missões técnicas de técnicos brasileiros ao Timor-Leste e Cabo Verde, visando a implementação e desenvolvimento do sistema previdenciário. O Brasil também recebeu as delegações de Timor-Leste, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe, apresentando o sistema previdenciário brasileiro e contribuindo, em cooperação técnica, para os sistemas de protecção social dos países da CPLP.</p>



CPLP

IX REUNIÃO DOS MINISTROS DO TRABALHO E DOS ASSUNTOS SOCIAIS DA CPLP
18, 19 e 20 de Março de 2009 Óbidos – Portugal

SÍNTESE DAS RESPOSTAS

Das Deliberações dos Senhores Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP constantes na Declaração de Dfili (11 e 12.Fevereiro.2008)

Deliberações	Accões realizadas pelos Governos
	<p>Brasil (Ministério do Trabalho e Emprego): Em Junho de 2008 foi realizada em Díli, Timor-Leste, uma missão de prospeção com técnicos brasileiros nas áreas de Microcrédito, Juventude, e de Indicadores do Mercado de Trabalho. Na sequência dessa missão foi celebrado um Acordo de Cooperação Técnica entre Brasil e Timor-Leste</p> <p>Em breve, o MTE do Brasil participará de uma missão de prospeção em Moçambique, tendo em vista a discussão de projectos de cooperação técnica em áreas relevantes</p> <p>Cabo Verde (Ministério do Trabalho, Formação Profissional e Solidariedade Social): Actualmente, 24% da população activa cabo-verdiana é segurada pelo regime de Previdência Social.</p> <p>O regime contributivo já abrange: trabalhadores Por Conta de Outrem; trabalhadores por conta própria; agentes da Administração Pública Central e local. Existem perspectivas de alargamento a: Trabalhadores informais, Trabalhadores rurais e os Pescadores.</p> <p>No âmbito do Regime Não Contributivo destacam-se: a Pensão Social e o Fundo Mutualista</p> <p>O valor da pensão social tem evoluído significativamente ao longo dos anos, atingindo actualmente os 3.500 escudos caboverdianos.</p> <p>No último ano, destacam-se os seguintes avanços:</p> <ol style="list-style-type: none">O alargamento e melhoria de cobertura do regime não contributivo, abrangendo os indivíduos pobres e que reúnem os demais requisitos legais (Decreto-Lei n.º 24/2006, de 6 de Março);Implementação de medidas tendentes ao reforço das prestações sociais destinadas aos beneficiários deste sistema de protecção social.Modernização do sistema:<ul style="list-style-type: none">➤ Desenvolvimento de uma base de dados dos beneficiários de Pensões Sociais, conectada às outras bases de dados do Estado, permitindo assim o cruzamento de informações pertinentes, em tempo real;➤ Elaboração e implementação de novos instrumentos de gestão de Pensões Sociais;➤ Realização de um estudo actuarial visando a implementação do Fundo Mutualista com o apoio da STEP-Portugal, através da OIT.
	<p>Guiné-Bissau (Ministério da Função Pública, Trabalho e Modernização do Estado / Ministério da Mulher, Família, Coesão Social e Luta contra a Pobreza): O Governo da Guiné-Bissau tem garantido algumas respostas sociais a grupos mais vulneráveis, contando com o apoio do</p>



CPLP

IX REUNIÃO DOS MINISTROS DO TRABALHO E DOS ASSUNTOS SOCIAIS DA CPLP
18, 19 e 20 de Março de 2009 *Óbidos – Portugal*

SÍNTESE DAS RESPOSTAS

Das Deliberações dos Senhores Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP constantes na Declaração de Dfili (11 e 12.Fevereiro.2008)

Deliberações	Ações realizadas pelos Governos
	<p>Ministério de Trabalho Solidariedade Social de Portugal.</p> <p>O Governo, sob proposta do Ministério da Função Pública, Trabalho e Modernização do Estado, já aprovou a Lei sobre o Sistema de Protecção Social, faltando a aprovação por Decreto do Projecto de Regulamento da referida Lei.</p> <p>Moçambique (Ministério da Mulher e da Acção Social): Para garantir a protecção dos grupos alvos mais vulneráveis, foram aprovadas as Leis contra o tráfico de Pessoas, particularmente Mulheres e Crianças (Lei nr 6/2008) e a Lei de Promoção e Protecção dos Direitos da Criança (Leinr 7/2008) e a Lei da Organização Tutelar de menores (Lei nr 8/2008).</p> <p>Foram também elaborados a Estratégia da Pessoa Portadora de Deficiência na Função Pública e o Regulamento de Protecção Social Básica, esperando-se pela sua aprovação pelo Conselho de Ministros.</p> <p>Como forma de permitir maior acesso ao sistema de protecção social às populações mais vulneráveis, o Governo expandiu as Delegações do Instituto Nacional de Acção Social, passando de 19 para 30 Delegações em todo o país e incrementou o valor do subsídio de alimentos de 70,00 Meticais para 100,00Meticais/pessoa (mínimo) e de 140,00Meticais para 300,00Meticais para o agregado de 5 pessoas.</p> <p>Moçambique (Ministério do Trabalho): tem sido mantido um intercâmbio regular de troca de experiências e de informações no domínio da protecção social. Com efeito:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Em Março de 2008, uma Delegação moçambicana participou no seminário sobre os métodos actuariais e financiamento dos sistemas de segurança social que decorreu no Brasil-Recife.▪ Em Agosto de 2008 – Uma Delegação do Instituto Nacional de Segurança Social deslocou-se ao Brasil para, no âmbito das relações bilaterais, colher experiência e apoio para informatização daquele Instituto de Moçambique.▪ Em Setembro de 2008 – Uma Delegação moçambicana participou em Lisboa na 2ª ronda das conversações sobre a Convenção Bilateral Moçambique – Portugal <p>Acresce-se ainda que no presente ano o Instituto Nacional de Segurança Social começou com a inserção dos trabalhadores por conta própria, estendendo assim a protecção social a novas categorias de trabalhadores.</p> <p>Portugal (Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social): No âmbito da cooperação, o MTSS/Portugal tem vindo a desenvolver acções no domínio do reforço e apoio institucional dos Ministérios homólogos dos PALOP e de Timor-Leste, cujas linhas de acção abrangem o apoio ao</p>



CPLP

IX REUNIÃO DOS MINISTROS DO TRABALHO E DOS ASSUNTOS SOCIAIS DA CPLP
18, 19 e 20 de Março de 2009 Óbidos – Portugal

SÍNTESE DAS RESPOSTAS

Das Deliberações dos Senhores Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP constantes na Declaração de Dfili (11 e 12.Fevereiro.2008)

Deliberações	Acções realizadas pelos Governos
	<p>desenvolvimento dos sistemas de protecção social.</p> <p>Em 2008, a nível nacional, no âmbito da reforma do sistema público de segurança social, foi criado, pelo Decreto-Lei n.º 26/2008, de 22 de Fevereiro, um mecanismo de fomento à poupança, com gestão pública, destinada ao momento em que os cidadãos passem à condição de pensionistas e aposentados por velhice ou por incapacidade absoluta e permanente.</p> <p>Decreto-Lei 87/2008, de 28 de Maio, introduziu uma majoração ao montante do abono de família para crianças e jovens, no âmbito das famílias monoparentais.</p> <p>Decreto-Lei 105/2008, de 25 de Junho, Institui medidas sociais de reforço da protecção social da maternidade, paternidade e adopção integradas no âmbito do subsistema de solidariedade.</p> <p>Decreto-Lei 245/2008, de 18 de Dezembro, define o rendimento anual relevante dos trabalhadores independentes para efeitos de atribuição de prestações sociais e estendeu o pagamento do montante adicional do abono de família a todos os titulares do abono.</p> <p>Portaria 425/2008, de 16 de Junho, reforça os apoios às famílias economicamente mais frágeis através da actualização extraordinária de 25% do valor do abono para os primeiros e segundo escalões.</p> <p>São Tomé e Príncipe (Ministério do Trabalho, Solidariedade e Família): Ao nível da Protecção Social implementaram-se alguns programas, nomeadamente: Apoio à Integração Social, Micro-crédito, Apoio a Idosos, Apoio às Mães Carenciadas, Apoio às Vítimas de Calamidades e Catástrofes, Apoio às ONG's parceiras da Acção Social, Pagamento aos Pensionistas e Reformados, Assistência para Junta Médica.</p> <p>São Tomé e Príncipe participou no Seminário Internacional sobre a Exploração de Crianças e Adolescentes.</p> <p>Timor-Leste (Ministério da Solidariedade Social): Timor-Leste está numa fase inicial de definição do seu Sistema de Protecção Social. Em 2008 foram já lançados os seguintes programas:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Subsídio de apoio a idosos e inválidos (DL n.º 19/2008, de 19 de Junho). Durante o ano de 2008, esta medida abrangeu 66.799 beneficiários;b) Pensões para os Combatentes da Libertação Nacional e familiares dos Mártires da Libertação Nacional (Lei n.º 3/2006, de 12 de Abril e DL n.º 15/2008, de 4 de Junho) –, que começaram a ser pagas em Julho de 2008c) Bolsas de Estudo para os filhos dos Mártires e Combatentes da Libertação Nacional (DL n.º 8/2009, de 15 de Janeiro) –, que são atribuídas anualmente em função do mérito escolar dos candidatos;



CPLP

IX REUNIÃO DOS MINISTROS DO TRABALHO E DOS ASSUNTOS SOCIAIS DA CPLP
18, 19 e 20 de Março de 2009 *Óbidos – Portugal*

SÍNTESE DAS RESPOSTAS

Das Deliberações dos Senhores Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP constantes na Declaração de Dfili (11 e 12.Fevereiro.2008)

Deliberações	Acções realizadas pelos Governos
4. Dar continuidade à realização de parcerias técnicas, bilaterais ou multilaterais, e ao intercâmbio regular de experiências e de informações entre os organismos que se ocupam do trabalho e assuntos sociais, incluindo a protecção dos grupos mais vulneráveis;	<p>d) Bolsa da Mãe – com o objectivo de garantir a escolaridade de filhos de mães solteiras e viúvas, o projecto piloto Bolsa da Mãe apoiou, desde a sua criação em 2008, 7.051 estudantes dos diversos níveis de ensino, residentes nos 13 distritos de Timor-Leste;</p> <p>Angola (Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social):- Estabelecimento de parcerias com Associações de deficientes, mulheres.</p> <p>Angola (Ministério da Assistência e Reinserção Social): técnicos deste Ministério deslocaram-se ao Brasil e a Portugal, onde tiveram oportunidade de adquirir experiências sobre o desenvolvimento de Programas e Projectos de Protecção e Promoção Social, permitindo aperfeiçoar conhecimentos técnicos, e elaborar Programas e Projectos de Assistência e Promoção Social para grupos vulneráveis, bem como metodologias e procedimentos de implementação.</p> <p>Brasil (Ministério da Previdência Social):A vinda da delegação moçambicana ao Brasil demonstra a continuidade das relações anteriormente estabelecidas. Em Março de 2008, foi realizado um seminário sobre financiamento da seguridade social para participantes brasileiros, de Timor-Leste e dos PALOP. Foi ainda assinado um Protocolo de Intenções com a OIT</p> <p>Cabo Verde (Ministério do Trabalho, Formação Profissional e Solidariedade Social): Cabo Verde tem actualmente celebradas Convenções bilaterais sobre a Segurança Social com Portugal e Angola. Está a ser trabalhado um projecto de Convenção com o Brasil</p> <p>Guiné-Bissau (Ministério da Função Pública, Trabalho e Modernização do Estado / Ministério da Mulher, Família, Coesão Social e Luta contra a Pobreza): Na Guiné-Bissau, a nível interno, encontram-se já estabelecidas relações de parcerias e troca de informações entre Entidades da sociedade civil, Associações locais, o Governo e as próprias comunidades beneficiárias, no sentido de apoiar os grupos mais vulneráveis</p> <p>Com forma de alargar o leque de beneficiários da Protecção Social, o Instituto Nacional de Previdência Social procedeu à compra de acções do ECOBANK, à construção de casas sociais em parceria com algumas instituições da Sub-região.</p> <p>Por outro lado, existe um importante acompanhamento da população que conta agora com um sistema informal e comunitário de Protecção Social para lidar com os riscos (através de poupança).</p> <p>Embora de abrangência reduzida, o Governo, nos últimos tempos, tem disponibilizado fundos a favor dos mais vulneráveis.</p>



CPLP

IX REUNIÃO DOS MINISTROS DO TRABALHO E DOS ASSUNTOS SOCIAIS DA CPLP
18, 19 e 20 de Março de 2009 Óbidos – Portugal

SÍNTESE DAS RESPOSTAS

Das Deliberações dos Senhores Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP constantes na Declaração de Dfili (11 e 12.Fevereiro.2008)

Deliberações	Acções realizadas pelos Governos
	<p>Moçambique (Ministério da Mulher e da Acção Social): No âmbito da troca de experiência e de informação entre os Estados membros, participou, numa visita de troca de experiências no Brasil.</p> <p>Por outro lado, uma Delegação Moçambicana, participou na Primeira Reunião Ministerial da CPLP sobre Mulher e HIV-SIDA realizada no Brasil.</p> <p>Portugal (Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social): No âmbito da Cooperação com os Ministérios homólogos dos PALOP e de Timor-Leste, o MTSS/Portugal tem vindo a apoiar Projectos de Luta contra a Pobreza e de Desenvolvimento sociocomunitário que têm vindo a contribuir para apoiar especificamente a integração de grupos mais vulneráveis/excluídos, nomeadamente através de actividades de formação profissional, incentivo ao microcrédito, ou mesmo através da criação de Equipamentos Sociais.</p> <p>No âmbito do Projecto STEP/Portugal, o Governo português e a OIT têm vindo a desenvolver actividades que visam promover a Protecção Social a todos, incluindo os mais excluídos da sociedade.</p> <p>Ao abrigo de um Protocolo com o BIT, o MTSS tem vindo, ainda, a apoiar a tradução e edição de publicações originais do BIT, nas áreas do Trabalho e da Protecção Social, em língua portuguesa.</p> <p>A nível nacional, foi definido o novo Plano Nacional de Acção para a Inclusão Social (PNAI), para o período de 2008-2010.</p> <p>São Tomé e Príncipe (Ministério do Trabalho, Solidariedade e Família): São Tomé e Príncipe desenvolve parcerias técnicas com Portugal, Brasil e Marrocos.</p> <p>Timor-Leste (Ministério da Solidariedade Social): Ao abrigo do Programa de Cooperação recentemente assinado entre o MTSS de Portugal e o MSS, Timor-Leste continuará a contar com o apoio de Portugal nos domínios da Protecção Social, Luta contra a Pobreza e reforço institucional</p> <p>Em Julho de 2008 foi assinado com o Brasil um Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na área da Previdência Social, ao abrigo do qual se realizaram visitas para intercâmbio de experiências e preparação de parcerias técnicas no âmbito da criação de um sistema integrado de protecção social para Timor-Leste.</p> <p>Timor-Leste (Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego): A SEFOPE celebrou um Acordo de Cooperação com o MTSS de Portugal, através do qual continuará a contar com o apoio de Portugal na área da Formação Profissional</p> <p>Timor-Leste conta, ainda, com o apoio de Portugal no domínio da Inspeção do Trabalho, no âmbito de um Projecto específico acordado entre</p>



CPLP

IX REUNIÃO DOS MINISTROS DO TRABALHO E DOS ASSUNTOS SOCIAIS DA CPLP
18, 19 e 20 de Março de 2009 *Óbidos – Portugal*

SÍNTESE DAS RESPOSTAS

Das Deliberações dos Senhores Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP constantes na Declaração de Dfili (11 e 12.Fevereiro.2008)

Deliberações	Ações realizadas pelos Governos
	<p>todos os Estados Membros da CPLP. Neste sentido realizou-se uma visita dos técnicos da Autoridade para as Condições de Trabalho de Portugal entre os dias 26 a 30 de Janeiro.</p> <p>Está a ser discutida uma proposta de Programa de Cooperação entre a SEFOPE e o Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil, no âmbito da Iniciativa Juvenil, Micro-Crédito, Economia Solidária e Observatório do Mercado de Trabalho.</p>
5.a) Reiterar a necessidade de disponibilizar a capacidade instalada em outros países da CPLP para combater a exploração das piores formas de trabalho infantil e incentivar os países que ainda não ratificaram as Convenções n.º 138 e 182 da OIT a fazê-lo;	<p>Angola (Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social): Convenções ratificadas desde 2001; Reforço da legislação sobre trabalho infantil com ampla participação dos parceiros sociais;</p> <p>Brasil (Ministério do Trabalho e Emprego): O MTE do Brasil participará de uma missão de prospeção em Moçambique. Um dos projectos que será apresentado para compor o acordo de cooperação técnica será de inspecção do trabalho e envolve capacitação no combate e erradicação do trabalho infantil e escravo.</p> <p>Cabo Verde (Ministério do Trabalho, Formação Profissional e Solidariedade Social): Relativamente a este ponto é necessário frisar que as convenções n.º 138 e a 182 estão em processo de ratificação.</p> <p>O Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente vem desenvolvendo um conjunto de acções em várias áreas, focalizando a promoção e divulgação dos Direitos da Criança e a protecção e reinserção sociais, contemplando vários projectos dirigidos às crianças em situação de risco pessoal e social.</p> <p>Guiné-Bissau (Ministério da Função Pública, Trabalho e Modernização do Estado / Ministério da Mulher, Família, Coesão Social e Luta contra a Pobreza): A Guiné-Bissau já ratificou as Convenções 138 e 182</p> <p>Na sequência da ratificação destas importantes convenções, foi criada uma Comissão Nacional de Luta contra Piores Formas de Trabalho Infantil através de um Despacho Conjunta entre o então Ministro da Reforma Administrativa, Função Pública e Trabalho e o Ministro de Solidariedade Social, Família e Luta Contra Pobreza.</p> <p>Moçambique (Ministério do Trabalho): Moçambique ratificou as Convenções 138 e 182 da OIT</p> <p>Por outro lado, Moçambique, subscreveu a Declaração Universal dos Direitos da Criança e a Carta Africana dos Direitos da Criança.</p>



CPLP

IX REUNIÃO DOS MINISTROS DO TRABALHO E DOS ASSUNTOS SOCIAIS DA CPLP
18, 19 e 20 de Março de 2009 Óbidos – Portugal

SÍNTESE DAS RESPOSTAS

Das Deliberações dos Senhores Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP constantes na Declaração de Dfili (11 e 12.Fevereiro.2008)

Deliberações	Ações realizadas pelos Governos
	<p>No que concerne à educação da criança, em Moçambique, o ensino é gratuito e obrigatório.</p> <p>De entre as acções em curso, destaca-se o Programa e Produção de Dados sobre Trabalho Infantil (2006- 2011), que terá uma cobertura nacional.</p> <p>Em 2008 foi realizada, em coordenação com a UNICEF, a 2ª fase de actividades visando a elaboração da Brochura Sobre a Situação do Trabalho Infantil em Moçambique.</p> <p>Portugal (Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social): Está ainda em curso o projecto 'A Cooperação na área da Inspeção do Trabalho nos Estados Membros da CPLP', que conta com o financiamento do MTSS/Portugal.</p> <p>A nível nacional, em Julho de 2008, foi organizado um Encontro de reflexão sobre as temáticas do Trabalho Infantil – 10 anos do Programa para Prevenção e Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PETI). Foi ainda editada uma publicação alusiva aos 10 anos de combate a exploração do Trabalho Infantil em Portugal.</p> <p>Assinalar, ainda, que Portugal já havia ratificado ambas as Convenções.</p> <p>São Tomé e Príncipe (Ministério do Trabalho, Solidariedade e Família): São Tomé e Príncipe já havia ratificado as Convenções em causa em 2005.</p> <p>Foi elaborado um Estudo sobre Trabalho Infantil em São Tomé, faltando apenas na Região Autónoma do Príncipe.</p> <p>O Governo tem prestado apoio a ONG's parceiras de Acção Social que acolhem crianças em situação de riscos (trabalho e exploração sexual infantil)</p> <p>Timor-Leste (Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego): A SEFOPE enviou ao Parlamento Nacional para ratificação a Convenção 182, estando já prevista a sua discussão para o corrente mês de Março.</p>
5.b) Reiterar a necessidade de disponibilizar a capacidade instalada em outros países da CPLP para estudar as formas mais adequadas de combate ao VIH-SIDA;	<p>Angola (Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social): - Inserção do módulo sobre VIH-SIDA nos planos curriculares das profissões ministradas nos Centros de Formação Profissional;</p> <p>- Realização de palestras sobre VIH-SIDA, cuidados básicos de saneamento no meio e educação moral e cívica.</p>



CPLP

IX REUNIÃO DOS MINISTROS DO TRABALHO E DOS ASSUNTOS SOCIAIS DA CPLP
18, 19 e 20 de Março de 2009 *Óbidos – Portugal*

SÍNTESE DAS RESPOSTAS

Das Deliberações dos Senhores Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP constantes na Declaração de Dfili (11 e 12.Fevereiro.2008)

Deliberações	Ações realizadas pelos Governos
	<p>Cabo Verde (Ministério do Trabalho, Formação Profissional e Solidariedade Social): O Governo de Cabo Verde, tem vindo a desenvolver um conjunto de ações e medidas visando o combate ao HIV/Sida e o acesso universal à prevenção e ao tratamento de doentes. Em particular, destacam-se as seguintes intervenções:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ estruturação e alargamento do número de bancos de sangue▪ organização dos postos de sentinela▪ melhoria dos meios de diagnóstico,▪ aposta numa abordagem multi-sectorial. <p>A nível do Anti-Retrovirais, todas as pessoas afectadas estão a ser beneficiadas com o tratamento gratuito e é assegurado no quadro do programa. Está em discussão a nível regional a produção de Anti-Retrovirais em Cabo Verde.</p> <p>Guiné-Bissau (Ministério da Função Pública, Trabalho e Modernização do Estado / Ministério da Mulher, Família, Coesão Social e Luta contra a Pobreza): O Ministério encarregue do Trabalho já criou Pontos Focais em todas as Instituições (Ministérios) sobre a sensibilização da SIDA no ambiente de trabalho. Estes Pontos Focais receberam formação e têm como tarefa sensibilizar junto dos funcionários sobre a problemática da SIDA e as medidas de prevenção.</p> <p>Existe, ainda, um Secretariado Técnico Nacional de Luta contra Sida, sob tutela do Ministério da Saúde Pública.</p> <p>Moçambique (Ministério da Mulher e da Acção Social): Foi elaborada e aprovada pelo Conselho de Ministros a Nova Estratégia de Prevenção à Infecção pelo Vírus do HIV, e neste momento, está-se a trabalhar na sua disseminação pelas províncias e distritos do país.</p> <p>Foi elaborada a Estratégia de Resposta ao HIV-SIDA no Sector Público, a qual aguarda a sua aprovação pelo Conselho de Ministros.</p> <p>Moçambique (Ministério do Trabalho): Em Dezembro de 2008, foi aprovada pela Assembleia da República a Lei que protege a pessoa vivendo com o HIV-SIDA em todas as vertentes, como também foi lançada pelo Presidente da República a Estratégia acelerada de Combate ao HIV-SIDA.</p> <p>No que diz respeito ao Ministério do Trabalho foi criada a Unidade de Prevenção e Combate ao HIV-SIDA no Local de Trabalho, com a missão de desenvolver ações tendentes à prevenção, advocacia, mitigação do impacto desta pandemia no seio dos funcionários do Ministério, bem como fiscalizar o cumprimento da Lei que protege o trabalhador vivendo com o HIV-SIDA. Esta unidade congrega quatro projectos, um financiado pelo</p>



CPLP

IX REUNIÃO DOS MINISTROS DO TRABALHO E DOS ASSUNTOS SOCIAIS DA CPLP
18, 19 e 20 de Março de 2009 *Óbidos – Portugal*

SÍNTESE DAS RESPOSTAS

Das Deliberações dos Senhores Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP constantes na Declaração de Dfili (11 e 12.Fevereiro.2008)

Deliberações	Ações realizadas pelos Governos
	<p>Conselho Nacional de Combate à SIDA (CNCS), e três financiados pela OIT. No âmbito destes projectos realizaram-se, em 2008, diversas acções, nomeadamente: formação de inspectores, produção e distribuição de brochuras e panfletos, realização de seminários, distribuição de preservativos.</p> <p>Portugal (Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social): Portugal, através do Instituto de Higiene e Medicina Tropical (IHMT) assinou um protocolo de cooperação técnica e científica com os Ministérios da Saúde dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP).</p> <p>A nível nacional, e no quadro de combate ao VIH/SIDA em contexto laboral, destaca-se a assinatura do Código de Conduta Empresas e VIH, organizado pela Plataforma Laboral Contra a Sida.</p> <p>São Tomé e Príncipe (Ministério do Trabalho, Solidariedade e Família): Em São Tomé e Príncipe foi lançado o FEMIDON (preservativo feminino). Foram, ainda, realizadas acções de sensibilização para a utilização de preservativos (masculinos e femininos) e debates sobre esta temática, envolvendo diversos agentes da sociedade. Com o apoio do Brasil, São Tomé e Príncipe tem disponibilizado aos doentes de HIV-SIDA tratamento com recurso a antiretrovirais.</p> <p>Timor-Leste (Ministério da Solidariedade Social): O MSS integra a Comissão Nacional de Luta Contra o HIV-SIDA, liderada pelo Ministério da Saúde, no âmbito da qual tem vindo a desenvolver campanhas de prevenção contra a doença e assistência humanitária regular.</p> <p>Angola (Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social): Capacitação dos técnicos da Direcção Nacional de Segurança Social e do INSS no Brasil</p> <p>Brasil (Ministério da Previdência Social): Acredita-se que primeiro deve-se firmar acordos previdenciários bilaterais, tendo em vista que alguns países ainda estão adequando os seus sistemas de previdência social. Quando houver a possibilidade de se realizar um acordo multilateral, sem dúvidas, esse passo será dado.</p> <p>Portugal (Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social): De 10 a 13 de Novembro de 2008 teve lugar em Salvador da Baía, Brasil, a XXIV Assembleia-Geral da Conferência Interamericana de Segurança Social (CISS). À margem da Conferência, e a convite do Ministério da Previdência Social do Brasil, teve lugar uma reunião do Grupo de Trabalho da CPLP, prevista no ponto 6 da Declaração de Dili. O representante português reiterou a ideia de que no futuro poderá ser celebrado um instrumento multilateral, mas no presente, e a curto prazo, aconselha o reforço das</p>
6. Constituir um grupo de trabalho, coordenado pelo Brasil, envolvendo todos os países membros, no qual cada país-membro financie a sua própria participação, com vista ao estudo e apresentação, na próxima Reunião de Ministros, de uma proposta de Convénio no âmbito da Segurança Social que abranja todos os países-membros;	



CPLP

IX REUNIÃO DOS MINISTROS DO TRABALHO E DOS ASSUNTOS SOCIAIS DA CPLP
18, 19 e 20 de Março de 2009 Óbidos – Portugal

SÍNTESE DAS RESPOSTAS

Das Deliberações dos Senhores Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP constantes na Declaração de Dfili (11 e 12.Fevereiro.2008)

Deliberações	Ações realizadas pelos Governos
	relações bilaterais. Para além de Portugal e Brasil a reunião contou também com a participação de Cabo-Verde.
7. Criar um quadro favorável para a construção de um desenvolvimento com base na coesão social, através de um Programa de Cooperação Solidária nos domínios da Qualificação Profissional e de Emprego, a ser apresentado por Cabo Verde na próxima Reunião de Ministros;	Será hoje apresentada por Cabo Verde uma proposta
8. Reafirmar o seu apoio à Agenda do Trabalho Digno da Organização Internacional do Trabalho.	<p>Angola (Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social): Apoio reafirmado;</p> <ul style="list-style-type: none">- Realização de work-shop sobre trabalho digno;- Participação na Conferência da OIT em Genebra, sobre estatísticas do trabalho;- Melhoria da remuneração;- Melhoria das condições de trabalho <p>Brasil (Ministério da Previdência Social): Além de ter firmado protocolo de intenções com a OIT, o Brasil também ratificou a Convenção 102 da OIT.</p> <p>Benefícios em 30 minutos – o Brasil modificou sua legislação previdenciária em Dezembro de 2008 e já implantou o reconhecimento automático de direitos. Com isso, os segurados e seguradas passaram a contar com a concessão automática de benefícios em 30 minutos, tais como aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, salário maternidade e auxílio reclusão.</p> <p>Interiorização da Previdência Social – o governo do Brasil decidiu construir 720 novas agências da Previdência Social, em cidades com mais de 20 mil habitantes, nas cinco regiões do país, em 2009. Com isso, a Previdência ampliará sua rede de atendimento de 1.110 agências para 1.830. O objectivo é aproximar-se dos segurados que estão no interior do Brasil, evitando longos deslocamentos e possibilitando melhores condições de atendimento.</p> <p>Expansão da cobertura – o Brasil tem um grande potencial de expansão da sua cobertura previdenciária, por meio dos microempreendedores. Em Dezembro de 2008, aprovou mudanças em sua legislação para permitir a formalização de pequenos empreendedores, que facturam até R\$ 36 mil/ano, no sistema simplificado de tributação (algo em torno de 12 mil euros). Eles serão totalmente isentos de impostos federais e pagarão uma contribuição reduzida para ter acesso à protecção previdenciária (11% do salário mínimo - R\$ 51,15). A meta é formalizar até 2 milhões de</p>



CPLP

IX REUNIÃO DOS MINISTROS DO TRABALHO E DOS ASSUNTOS SOCIAIS DA CPLP
18, 19 e 20 de Março de 2009 *Óbidos – Portugal*

SÍNTESE DAS RESPOSTAS

Das Deliberações dos Senhores Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP constantes na Declaração de Dfili (11 e 12.Fevereiro.2008)

Deliberações	Ações realizadas pelos Governos
	<p>microempreendedores até 2010.</p> <p>Política de ganho real – o Brasil manteve em 2009 a política de ganho real para o salário mínimo, aposentadorias e pensões. Este ano, o aumento do salário mínimo foi de 12% - o que representa 6,4% de ganho real, beneficiando directamente 17,8 milhões de segurados da Previdência Social e da Assistência Social, que recebem o piso previdenciário (um salário mínimo).</p> <p>Brasil (Ministério do Trabalho e do Emprego): No ano de 2008 o Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio da Secretaria de Inspeção do Trabalho, sublinhou a importância do trabalho decente como elo articulador entre crescimento económico e desenvolvimento humano ao intensificar a fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista. A ampliação do quadro de auditores-fiscais do trabalho – AFT – a aquisição de equipamentos e veículos e o aprimoramento de métodos e procedimentos de trabalho redundaram em maior respeito aos direitos do trabalhador, em ambientes de trabalho mais seguros e em importantes resultados na erradicação do trabalho infantil e o análogo a de escravo.</p> <p>Em 2008 o Programa Primeiro Emprego foi substituído pelo ProJovem Trabalhador e foram celebrados convénios na modalidade Juventude Cidadão para atendimento a 180.980 jovens.</p> <p>Cabo Verde (Ministério do Trabalho, Formação Profissional e Solidariedade Social): Agenda BIT para Cabo Verde</p> <p>Guiné-Bissau (Ministério da Função Pública, Trabalho e Modernização do Estado / Ministério da Mulher, Família, Coesão Social e Luta contra a Pobreza): Houve contacto com o Escritório da OIT em Dakar sobre o Trabalho Digno por uma Vida Digna e, desse contacto, resultou a viagem para Bissau de uma missão multidisciplinar para o efeito, envolvendo os parceiros sociais. A Guiné-Bissau também participou na conferência da OIT sobre Estatística do Trabalho. Já foi elaborado o Código do Trabalho e, actualmente, encontra-se em fase de aprovação ao nível do Conselho de Ministros.</p> <p>Moçambique (Ministério do Trabalho): Foi aprovado em 2008 o diploma de fixação do salário mínimo por sectores. Foi igualmente aprovado, em 2008, o Código do Trabalho Doméstico. Foram criados em 2008 fóruns de Concertação Social em todas as Províncias.</p> <p>Portugal (Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social): Portugal tem reafirmado o seu apoio à Agenda do Trabalho Digno da OIT, nomeadamente através do apoio financeiro prestado pelo MTSS/Portugal às conferências que a OIT organizou nos últimos 2 anos em Portugal.</p>



CPLP

IX REUNIÃO DOS MINISTROS DO TRABALHO E DOS ASSUNTOS SOCIAIS DA CPLP
18, 19 e 20 de Março de 2009 *Óbidos – Portugal*

SÍNTESE DAS RESPOSTAS

Das Deliberações dos Senhores Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP constantes na Declaração de Dfili (11 e 12.Fevereiro.2008)

Deliberações	Ações realizadas pelos Governos
	<p>De salientar que o I Fórum Mundial sobre trabalho digno para uma globalização justa decorreu sob os auspícios da presidência portuguesa da União Europeia.</p> <p>São Tomé e Príncipe (Ministério do Trabalho, Solidariedade e Família): em parceria técnica com Portugal e parceiros sociais de São Tomé foi elaborado o Código Geral do Trabalho. Actualmente encontra-se em fase de aprovação ao nível do Conselho de Ministros.</p> <p>Timor-Leste (Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego): Em 1 de Outubro de 2008, com o apoio da OIT de Jakarta e dos parceiros sociais, Timor-Leste aprovou o seu Programa de Trabalho Digno, com base em 3 vertentes:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Trabalho para a Juventude;b) Desenvolvimento da Economia Rural;c) Governo do Mercado de Trabalho. <p>Angola (Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social): Implementação do sub – programa empreendedorismo na comunidade micro -crédito “AMIGO”;</p> <p>Brasil (Ministério da Previdência Social): A Ministra do Trabalho de Moçambique e o Primeiro Ministro de São Tomé e Príncipe visitaram o Brasil em 2008/2009, dando continuidade à promoção de sugestões, de intercâmbios entre os países. Além disto, duas outras delegações estiveram no Brasil, Timor-Leste e São Tomé e Príncipe</p> <p>Brasil (Ministério do Trabalho e Emprego): O Brasil fará hoje uma apresentação dos seus modelos implementados de microcrédito produtivo e orientado, inclusive com sugestões no âmbito da CPLP.</p> <p>Cabo Verde (Ministério do Trabalho, Formação Profissional e Solidariedade Social): O Ministério do Trabalho, Formação Profissional e Solidariedade Social tem promovido iniciativas de normalização do sector das micro-finanças, tendo inclusivamente publicado a Lei nº 15/VII/2007, em 10 de Setembro de 2008, que regula esta actividade em todo o território nacional.</p>
9. Promover intercâmbios, com vista a estabelecer protocolos de cooperação na área do micro-crédito produtivo orientado, com base na experiência dos diversos países-membros, assumindo o Brasil a disponibilidade de apresentar a sua experiência na próxima reunião de Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais da CPLP;	



CPLP

IX REUNIÃO DOS MINISTROS DO TRABALHO E DOS ASSUNTOS SOCIAIS DA CPLP
18, 19 e 20 de Março de 2009 Óbidos – Portugal

SÍNTESE DAS RESPOSTAS

Das Deliberações dos Senhores Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP constantes na Declaração de Dili (11 e 12.Fevereiro.2008)

Deliberações	Ações realizadas pelos Governos
	<p>A nível do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza é de realçar:</p> <ul style="list-style-type: none">➤ O Protocolo de Cooperação entre o Programa Nacional de Luta contra a Pobreza e o Projecto Dom Hélder Câmara, do Brasil, assinado em Julho de 2008, na área do Micro-Crédito cujo objectivo é reforçar a capacidade dos agricultores/familiares e outros operadores das comunidades rurais para o seu auto-sustento.➤ Protocolo de Cooperação entre o Programa Nacional de Luta contra a Pobreza e a Associação Internacional para a Cooperação e o Desenvolvimento das Comunidades Rurais, de Portugal, no domínio do combate à pobreza no meio rural <p>Este Programa actua nas áreas da Formação Profissional, o Saneamento Básico e a Habitação Social, conferindo um enfoque especial às mulheres chefes de família.</p>
10. Criar os Regulamentos do Secretariado Executivo e das Reuniões de Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP, cujas propostas deverão ser apresentadas, na próxima Reunião de Ministros, por Timor-Leste, após ouvidos todos os países-membros;	<p>Timor Leste (Ministério da Solidariedade Social/Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego): enviou 1ª proposta em Junho de 2008. Enviou 2ª proposta em 16.Fev.2009. Após recolher as recomendações dos outros Estados Membros</p>
12. Desenvolver metodologias para inclusão social e económica dos jovens, aliada à elevação da escolaridade, com base em proposta apresentada pelo Brasil até à próxima reunião dos Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais;	<p>Angola (Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social):- Iniciativa de articulação do Sistema de Formação Profissional com o Sistema de Educação;</p> <p>- Inserção de jovens no mercado de trabalho através do projecto Angola Jovem e da realização de estágios profissionais.</p> <p>Brasil (Ministério do Trabalho e Emprego): O Brasil fará hoje uma apresentação dos seus modelos implementados voltados para a inserção dos jovens no mercado de trabalho, inclusive com sugestões no âmbito da CPLP.</p> <p>Cabo Verde (Ministério do Trabalho, Formação Profissional e Solidariedade Social): Cabo Verde considera que a qualificação do capital humano é uma condição imprescindível da política de coesão uma vez que dela dependem as oportunidades de participação no mercado de trabalho e, consequentemente, de integração social e do combate à pobreza. Neste sentido, Cabo Verde aposta nos sectores da Educação, da Formação Profissional e da Saúde.</p> <p>Nessa linha, Cabo Verde vem apostando na melhoria da qualidade de ensino, na diversificação das ofertas formativas e no aproximar da escola à</p>



CPLP

IX REUNIÃO DOS MINISTROS DO TRABALHO E DOS ASSUNTOS SOCIAIS DA CPLP
18, 19 e 20 de Março de 2009 Óbidos – Portugal

SÍNTESE DAS RESPOSTAS

Das Deliberações dos Senhores Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP constantes na Declaração de Díli (11 e 12.Fevereiro.2008)

Deliberações	Ações realizadas pelos Governos
	<p>comunidade. Neste domínio têm sido obtidos resultados animadores, em todos os graus de ensino</p> <p>Guiné-Bissau (Ministério da Função Pública, Trabalho e Modernização do Estado / Ministério da Mulher, Família, Coesão Social e Luta contra a Pobreza): A nível da Rede de Protecção Social existem acções direccionadas à inclusão de jovens nas actividades formativas e, por outro lado, foram apoiadas novas escolas comunitárias nas zonas onde não existiam o que permitiu a elevação da escolaridade e neste momento regista-se o aumento de acesso de jovens à escola.</p> <p>Moçambique (Ministério da Mulher e da Acção Social): Neste contexto, Moçambique continua a promover o associativismo juvenil, com vista a criar uma melhor plataforma de <i>empoderamento</i> dos jovens, através de programas e projectos de geração de rendimento e auto-emprego.</p> <p>São Tomé e Príncipe (Ministério do Trabalho, Solidariedade e Família): São Tomé e Príncipe elevou da escolaridade básica obrigatória para a 6ª classe, com o apoio da Cooperação Portuguesa. O país tem também apostado na inserção Profissional de Jovens à Procura do Primeiro Emprego, através de cursos oferecidos ao nível de todo o país para a formação e aperfeiçoamento profissional, no Centro de Formação Profissional de Budo-Budo, com financiamento da Cooperação Portuguesa.</p> <p>Até ao final do 1º semestre deste ano será implementado um Centro de Formação Profissional para Jovens com financiamento da Cooperação Brasileira.</p> <p>Timor-Leste (Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego): Timor-Leste iniciou em 2008 o Programa de Emprego para a Juventude. Esse programa é co-financiado pela AusAid e executado pela OIT.</p>
16. Passar à fase de implementação do portal electrónico, que permitirá o intercâmbio de informações de forma mais intensa, dinâmica e sistemática;	
17. Realizar a IX Reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP, em Portugal, no decurso do 1.º semestre de 2009.	<p>Portugal (Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social): Portugal está a organizar a IX Reunião dos Ministros dos Trabalhos e dos Assuntos Sociais, em Óbidos, em Março de 2009.</p>